

Governo exige ajuste para negociar dívidas

Raimundo Valentim/AE—18/9/94

*Idéia é fazer Estados
cortarem gastos e
ampliarem parcerias
com setor privado*

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso aceitou renegociar as dívidas bancárias, contratuais e mobiliárias dos Estados numa perspectiva de ajuste fiscal, alertou ontem um importante líder governista com bom trânsito no Palácio do Planalto. Segundo o mesmo líder, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi autorizado a negociar “caso a caso” essas dívidas e vai pedir, se a renegociação tiver algum custo para o Tesouro, que os governadores se comprometam com a adoção de algumas medidas para reequilibrar as finanças estaduais. A idéia é exigir “um plano de estabilização” para cada Estado que deseje renegociar suas dívidas com a ajuda do governo federal.

Essas medidas incluirão o corte de gastos, um aumento do esforço de arrecadação, a privatização de empresas e uma maior abertura para a parceria com o setor privado, por meio do sistema de concessões. O ajuste dos governos estaduais e prefeituras precisa ser feito com urgência, segundo a mesma fonte, porque o comportamento das contas estaduais e municipais está comprometendo as metas que o governo federal definiu para o déficit público do setor público como um todo para este ano.

Ao ajudar os Estados a sair da atual situação de “estrangulamento” financeiro, o governo agiria como o Fundo Monetário Internacional (FMI) age com os países que se encontram em dificuldades: aceita ajudar, desde que o país se comprometa com um programa de ajuste. Como uma espécie de FMI interno, o gover-



O líder do governo, Elcio Álvares: “Eles aceitam negociar caso a caso”

SENADOR DEFENDE REGRAS GERAIS

no negociaria metas para o saneamento das contas estaduais e as medidas que deveriam ser adotadas para que os objetivos fossem alcançados.

O líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL), acha que o Senado não pode mais tratar a renegociação das dívidas da forma genérica como vinha fazendo até agora. “A reunião de segunda mostrou que os governadores, que são os principais interessados, aceitam negociar a questão caso a caso”, afirmou. “O Senado vai certamente mudar seu entendimento.” Para Álvares, não se pode discutir essa questão apenas na perspectiva de repassar

as dívidas para o Tesouro Nacional. “E o Tesouro repassa para quem?”

O líder do PSDB na Câmara, José Aníbal, considera que Estados e municípios precisam apresentar contrapartidas. A preocupação do tucano é, principalmente, forçar essas entidades da Federação a um esforço de arrecadação. “Tem muito Estado e muito município vivendo dos Fundos de Participação”, afirmou.

O relator da resolução do Senado que vai tratar da rolagem das dívidas dos Estados e municípios, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), tem um entendimento diferente. “Essa renegociação precisar ter critérios gerais”, advertiu. “O governo sempre disse que iria tratar do problema das dívidas caso a caso, mas até agora está levando a coisa com a barriga.”